

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970
Tel: +55 19 3429 0800
www.imaflora.org

Resumo Público de **Auditoria Anual 2018** do Manejo Florestal da:

Fibria Celulose S.A. - Unidade
Três Lagoas.
em
Três Lagoas – MS

Relatório finalizado:	19 de setembro de 2018
Data de auditoria de campo:	23 a 27 de Julho 2018
Equipe de auditoria:	Luiz Fernando de Moura Fabio Zanirato André de Castro Silva Clarissa Magalhães
Coordenador de processo:	Guilherme de Andrade Lopes
Código de certificação:	IMA-MF-0005
Emissão do certificado:	02 de Dezembro de 2015
Vencimento do certificado:	01 de Dezembro de 2020
Contato do empreendimento:	Sandro Bressan Pinheiro
Endereço do empreendimento:	Rodovia BR 158 KM 298 Fazenda Barra do Moeda. CEP: 79601-970 - Três Lagoas / MS
Responsável pelo Manejo Florestal	Sandro Bressan Pinheiro
Contato do Responsável pelo Manejo Florestal	sandro.pinheiro@fibria.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATURAS	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF	5
3. PROCESSO DE AUDITORIA	14
3.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES	14
3.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA DE CAMPO	15
3.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE AUDITORIA	18
4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	20
4.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO	20
4.2. TÓPICOS SOBRE PARTES INTERESSADAS	20
4.3. CUMPRIMENTO DE RELATÓRIOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES (NCRs)	22
4.4. SEGUIMENTOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES	23
4.5. DESCRIÇÃO DE NOVAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs)	23
4.6. OBSERVAÇÕES	23
4.7. CONCLUSÕES DE AUDITORIA	24
ANEXO I – Escopo do EMF	26
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas	28
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal	28

SIGLAS E ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADC	Avaliação Depois do Controle
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
AVGAS	Gasolina de Aviação
BO	Boletim de Ocorrência
CA	Certificado de Autorização
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CGCRE	Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro
Cipatr	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DDS	Diálogo Diário de Segurança
DHO	Desenvolvimento Humano e Organizacional
DICE	Dano, Infestação, Custo e Eficiência
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa prestadora de serviço
ESALQ	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queirós"
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GT	Grupo de Trabalho
HSMT	Higiene, Saúde e Medicina do Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO	<i>International Labor Organization</i>
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPEV	Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPEF	Instituto de pesquisas e Estudos Florestais
ISO	Organização Internacional de Normalização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
ITTA	Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais

IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LAC	Levantamento Antes do Controle
MAF	Meio Ambiente Florestal
MID	Manejo Integrado de Doenças
MIP	Manejo Integrado de Pragas
MIPIS	Micro Porta Iscas
MOPP	Movimentação e Operação de Produtos Perigosos
MS	Mato Grosso do Sul
N/A	Não aplicável
NBR	Norma Brasileira
NCR	Não conformidade
N/M	Não monitorado
NR	Norma Regulamentadora
OCF	Organismo de Certificação Florestal
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCCF	Programa Corporativo de Certificação Florestal
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PG	Procedimento Gerencial
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PO	Procedimento Operacional
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRADA	Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas
PROTEF	Programa Corporativo de Proteção Florestal
RL	Reserva Legal
SGF	Sistema de Gestão Florestal
SIGLA	Sistema de Gestão dos Licenciamentos Ambientais
SIPF	Sistema Integrado de Proteção Florestal
SIRA	Sistema Integrado de Recomendação de Adubação
SISPART	Sistema de Partes Interessadas
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UPP	Unidade de Planejamento da Paisagem
USP	Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de auditoria de monitoramento anual foi analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal da Fibria Celulose S.A. - Unidade Três Lagoas de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação. Além deste objetivo principal, esta auditoria visou também:

- Uma análise das ações tomadas para resolver as não conformidades identificadas durante a auditoria anterior;
- O tratamento de eventuais reclamações;
- A verificação da eficácia do sistema de gestão com respeito ao alcance dos objetivos do cliente certificado;
- O progresso de atividades planejadas visando a melhoria contínua;
- O contínuo controle operacional;
- A análise de quaisquer mudanças, e
- O uso de marcas e/ou quaisquer outras referências à certificação.

Este relatório apresenta os resultados dessa auditoria independente conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola).

A seção 4 deste relatório descreve as evidências e conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento às normas da ABNT NBR 14789:2012 e às ações de seguimento solicitadas por meio das não conformidades identificadas.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreendem planejamento de auditorias, avaliações e decisões de certificação e manutenção de certificação, são de responsabilidade do mesmo, não existindo a subcontratação de nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicas.

Resolução de conflitos: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF

O EMF não passou por mudanças significativas nos métodos silviculturais e de colheita florestal na sua UMF desde o último monitoramento.

Houve a inclusão de 15 fazendas no escopo certificado, totalizando 10.933 hectares. Foram excluídas do escopo áreas de 05 fazendas, cuja área totaliza 4.614 hectares. Foram também constatados ajustes de área referentes a georreferenciamento, que levaram à redução de 656 hectares do escopo (equivalente a 0,2% da área total certificada).

As tabelas a seguir descrevem e detalham o uso do solo nas áreas que compõem o atual escopo do certificado:

Áreas incluídas no escopo do certificado:

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recuperação **	Outras Áreas ***	
Barra do Cedro	Brasilândia	2.830	2.113	399	183	135	Parceria
Alvorada III	Brasilândia	805	591	115	58	42	Arrendamento
São Luiz IV	Brasilândia	409	296	92	3	18	Arrendamento
Faveiro do Rio Verde I	Três lagoas	653	468	61	67	56	Arrendamento
Faveiro do Rio Verde III	Brasilândia	221	168	5	38	10	Arrendamento
São Pedro	Brasilândia	428	296	85	9	37	Arrendamento
Pilares II	Três lagoas	719	476	206	14	23	Arrendamento
Santa Luzia V	Três lagoas	199	145	44	0	9	Arrendamento
Gaiotto	Três lagoas	616	416	142	9	49	Arrendamento
São Lucas	Brasilândia	1.407	1.142	151	17	97	Arrendamento
São Sebastião Gleba E	Três lagoas	176	99	46	13	17	Arrendamento
São Sebastião Gleba F	Três lagoas	117	63	13	31	10	Arrendamento
Joamar	Inocência	1.015	515	380	79	40	Arrendamento
Pilares III	Três lagoas	728	498	164	40	26	Parceria
Arete	Três lagoas	610	405	171	9	25	Arrendamento
TOTAL	—	10.933	7.691	2.076	571	595	—

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas a conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

Áreas excluídas do escopo do certificado:

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recuperação **	Outras Áreas ***	
Buriti	Três Lagoas	1.318	1.278	-	-	40	Própria
Canaveira	Brasilândia	2.294	1.513	505	178	98	Arrendamento

Canaã	Brasilândia	232	215	-	-	17	Arrendamento
Formosa	Ribas do Rio Pardo	256	-	17	-	239	Arrendamento
Santa Ângela	Três Lagoas	514	296	105	53	59	Arrendamento
TOTAL		4.614	3.302	627	231	452	

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas a conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

Áreas atuais no escopo de certificação (2018):

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recuperação **	Outras Áreas ***	
Barra do Moeda	Três Lagoas	5.458	2.846	1.845	80	687	Própria
Palmito	Três Lagoas	2.097	1.596	335	7	159	Própria
Buriti	Três Lagoas	2.207	1.282	728	158	39	Própria
Santa Luzia	Três Lagoas	3.686	2.631	938	12	105	Própria
Estradão	Três Lagoas	5.999	4.557	1.085	166	190	Própria
Rio Verde A	Três Lagoas	19.499	14.280	4.242	406	570	Parceria
Flor da Serra	Três Lagoas	1.699	1.053	574	18	53	Parceria
Pontal	Três Lagoas	1.145	858	231	3	53	Própria
Matão	Servíria	16.784	12.523	3.033	770	458	Própria
Ana Rosa	Três Lagoas	1.806	1.009	605	124	68	Própria
Brasileira	Brasilândia	12.160	7.843	3.708	321	288	Parceria
Guara-Suia	Brasilândia	4.259	2.839	843	392	184	Própria
Esperança	Três Lagoas	174	120	40	1	13	Arrendamento
Vó Geralda	Três Lagoas	214	195	0	10	8	Arrendamento
União	Três Lagoas	72	56	13	0	4	Parceria
Casa Branca	Três Lagoas	526	312	183	4	26	Própria
Santa Felicidade	Três Lagoas	536	416	105	3	13	Parceria
Nossa Senhora de Lourdes	Três Lagoas	963	679	201	30	53	Arrendamento
São Francisco	Servíria	912	394	203	102	212	Arrendamento

Esperança II	Três Lagoas	306	233	8	51	14	Arrendamento
Vó Giorgina	Três Lagoas	135	92	25	1	17	Arrendamento
Santa Ângela	Três Lagoas	3.008	1.911	756	62	279	Parceria
Palmito Miura	Três Lagoas	2.467	1.780	357	173	158	Parceria
Dobrão	Três Lagoas	2.792	1.660	835	105	191	Parceria
Ituana	Três Lagoas	643	466	155	0	21	Parceria
Jussara	Três Lagoas	771	544	170	29	28	Parceria
Santa Maria	Três Lagoas	358	245	19	72	23	Parceria
Almeida	Três Lagoas	932	650	199	49	33	Parceria
Santa Dolores	Três Lagoas	365	267	73	9	15	Parceria
Juinaubira	Três Lagoas	775	578	150	15	33	Parceria
Santa Maria II	Três Lagoas	283	213	34	28	8	Parceria
Espir Salomão	Três Lagoas	553	368	75	72	38	Parceria
Ogasawara	Três Lagoas	756	576	31	123	26	Parceria
Santo Egidio	Três Lagoas	265	195	0	53	17	Parceria
Nossa Senhora Aparecida	Três Lagoas	194	137	38	5	14	Parceria
Jandaia	Brasilândia	584	398	124	3	58	Parceria
São Luiz	Três Lagoas	130	91	24	4	11	Parceria
Midi	Três Lagoas	160	116	12	23	9	Parceria
Cambauva	Três Lagoas	486	367	32	70	16	Parceria
Riacho Fundo	Três Lagoas	251	129	59	51	12	Parceria
Nascente do Caracol	Três Lagoas	627	429	117	30	50	Parceria
São Miguel	Três Lagoas	645	451	146	8	40	Parceria
Sao Domingos	Brasilândia	2.847	1.340	1.031	367	109	Parceria
Primavera	Três Lagoas	1.338	936	295	35	72	Parceria
Quatro A	Três Lagoas	408	287	78	21	21	Parceria
Santa	Três	351	238	74	4	35	Parceria

Helena	Lagoas						
Nove de Julho	Três Lagoas	352	256	55	21	20	Parceria
Curucaca	Três Lagoas	4.911	3.197	1.488	24	202	Parceria
Dracena	Três Lagoas	271	195	52	4	21	Parceria
Taquarussu	Três Lagoas	149	109	17	19	4	Parceria
São Bento	Três Lagoas	1.188	844	181	113	51	Parceria
Cabeceiras	Três Lagoas	259	190	3	55	11	Parceria
Alvorada	Três Lagoas	149	106	34	0	9	Parceria
Urissanga	Três Lagoas	120	82	27	6	5	Parceria
Fabiana	Três Lagoas	124	80	39	0	5	Arrendamento
Rancho Alegre	Três Lagoas	362	268	33	47	14	Parceria
Arapuá	Três Lagoas	341	245	78	13	5	Parceria
Carcara	Três Lagoas	358	214	71	49	23	Parceria
Buriti Alegre	Três Lagoas	895	479	267	38	111	Arrendamento
Portal	Brasilândia	433	276	141	1	15	Arrendamento
Rio Verde - Taquarussu	Três Lagoas	295	218	35	33	9	Arrendamento
Ponteio	Três Lagoas	1.308	996	133	131	48	Arrendamento
Esmeralda	Servíria	849	449	367	9	26	Arrendamento
São Francisco II	Três Lagoas	489	328	42	66	53	Arrendamento
Nova Esperança	Três Lagoas	1.107	560	412	35	99	Arrendamento
Nossa Senhora da Aparecida do Buritizal	Três Lagoas	1.025	693	265	16	51	Arrendamento
São Lourenço	Servíria	484	353	6	114	10	Arrendamento
Guaraçai	Três Lagoas	268	187	27	30	25	Arrendamento
Novos Tempos	Três Lagoas	1.106	732	123	173	77	Arrendamento
Viçosa	Três Lagoas	932	622	166	109	36	Arrendamento
Paranoá	Três Lagoas	2.245	903	477	15	850	Arrendamento
Nelorinha	Brasilândia	969	706	226	0	37	Arrendamento

Três Marias	Três Lagoas	865	530	243	40	51	Arrendamento
Tarumã	Três Lagoas	1.797	1.158	341	222	77	Arrendamento
Rio Verde B	Brasilândia	17.701	12.721	4.213	272	495	Própria
Brasilândia	Brasilândia	677	503	16	119	38	Arrendamento
Santa Maria III	Servíria	1.025	677	232	80	36	Arrendamento
Dom Thomas IV	Três Lagoas	186	131	43	2	10	Arrendamento
Guanabara	Três Lagoas	696	508	148	18	23	Arrendamento
Paulina	Três Lagoas	176	135	34	1	5	Arrendamento
Conquista	Três Lagoas	190	121	45	19	5	Arrendamento
Três Irmãos	Três Lagoas	257	182	6	55	14	Arrendamento
Buriti II	Três Lagoas	480	344	30	75	30	Arrendamento
Santa Maria IV	Brasilândia	301	137	29	40	95	Arrendamento
Ouro Belo	Três Lagoas	866	516	268	30	51	Arrendamento
Limoeiro	Três Lagoas	1.148	812	221	55	60	Arrendamento
Tradição	Três Lagoas	365	218	111	21	15	Arrendamento
Santana	Três Lagoas	383	283	30	48	22	Arrendamento
Atlântida	Brasilândia	2.427	1.722	352	287	66	Arrendamento
Inicial	Três Lagoas	136	98	27	1	10	Arrendamento
Santa Cristina	Servíria	1.073	830	203	14	26	Arrendamento
Quatro Irmãos	Brasilândia	2.419	1.728	572	28	91	Arrendamento
São Francisco III	Três Lagoas	634	473	116	19	27	Arrendamento
Formoso	Ribas do Rio Pardo	3.290	2.016	625	526	123	Arrendamento
Ema	Água Clara	2.612	1.745	531	226	110	Arrendamento
Duas Marias	Brasilândia	17.865	10.685	6.189	271	720	Parceria
São Marcos	Água Clara	5.969	2.928	2.737	176	128	Própria
Vale do Gerivá	Brasilândia	2.123	1.373	659	16	75	Própria
Paraíso	Brasilândia	1.185	633	495	7	49	Própria
Morada do	Três	1.151	816	285	1	49	Parceria

Sol	Lagoas						
Santo André	Água Clara	767	545	160	5	57	Arrendamento
Santa Marina	Três Lagoas	348	237	48	34	29	Arrendamento
Santa Mônica	Servíria	1.122	629	373	46	75	Arrendamento
Laguna	Três Lagoas	569	361	130	32	45	Própria
Lagoa	Três Lagoas	876	651	97	96	32	Arrendamento
Lagoa IV	Três Lagoas	376	285	64	15	12	Arrendamento
Água Branca	Três Lagoas	1.981	1.285	409	72	216	Arrendamento
Arco Iris	Três Lagoas	438	264	142	9	22	Arrendamento
Jo Pora	Água Clara	346	212	25	70	40	Arrendamento
São João	Água Clara	360	260	0	71	30	Arrendamento
Colorado	Água Clara	1.851	1.256	480	22	92	Arrendamento
Nova Era	Três Lagoas	2.031	1.507	367	48	109	Arrendamento
Brinco de Ouro	Três Lagoas	499	360	53	62	24	Arrendamento
Santa Rosa	Três Lagoas	509	289	156	27	37	Própria
Bom Jesus	Brasilândia	1.417	910	378	64	66	Própria
Vista Alegre	Três Lagoas	5.769	3.505	1.582	300	382	Arrendamento
São João II	Três Lagoas	455	288	138	3	27	Arrendamento
Araça	Três Lagoas	134	89	6	31	7	Arrendamento
Guará	Três Lagoas	709	495	154	9	52	Arrendamento
Ariranha	Água Clara	2.237	1.042	1.012	0	183	Arrendamento
Abasto	Água Clara	6.284	3.313	2.744	57	170	Arrendamento
Rancho Corote	Três Lagoas	299	194	50	39	15	Arrendamento
Sítio São José	Três Lagoas	95	54	13	7	22	Arrendamento
Taboca	Três Lagoas	658	373	149	88	47	Arrendamento
Floresta	Três Lagoas	507	394	69	4	40	Arrendamento
São José	Três Lagoas	155	86	23	25	21	Arrendamento
Chapadão	Três	470	304	65	55	47	Arrendamento

	Lagoas						
Santa Maria V	Água Clara	778	524	27	172	54	Arrendamento
Capelinha	Três Lagoas	708	428	155	46	79	Arrendamento
Major Vicente	Água Clara	1.045	665	126	128	126	Arrendamento
Santa Clara	Ribas do Rio Pardo	1.537	948	437	85	68	Arrendamento
Estância Marcelo	Três Lagoas	484	347	78	29	31	Arrendamento
Canavieira	Brasilândia	0	0	0	0	0	Arrendamento
Lú Porã	Água Clara	1.179	889	179	58	54	Arrendamento
Faveiro II	Três Lagoas	552	401	117	6	29	Arrendamento
Alvorada do Jardim	Brasilândia	375	261	31	64	19	Arrendamento
Alvorada II	Brasilândia	240	171	8	46	15	Arrendamento
Água Limpa	Água Clara	3.256	1.271	1.643	175	167	Arrendamento
São Sebastião	Brasilândia	254	171	38	32	14	Arrendamento
Ouro Verde	Três Lagoas	502	329	29	99	45	Arrendamento
Canaã	Brasilândia	1.040	714	212	58	57	Arrendamento
Formosa	Ribas do Rio Pardo	13.494	7.118	5.223	437	715	Arrendamento
Santa Adelia	Três Lagoas	1.853	1.160	190	414	89	Arrendamento
Yacima	Servíria	2.184	1.247	698	130	109	Arrendamento
Fantasia	Servíria	1.987	1.286	103	403	194	Arrendamento
Nova Era II	Três Lagoas	346	222	95	11	18	Arrendamento
Santa Ângela II	Três Lagoas	0	0	0	0	0	Arrendamento
Ana Nery	Brasilândia	1.043	755	121	107	61	Arrendamento
Ana Claudia	Três Lagoas	360	222	63	49	26	Arrendamento
Boa Esperança	Três Lagoas	669	417	117	98	37	Arrendamento
Malu do Rio Verde	Três Lagoas	1.502	1.013	352	74	63	Arrendamento
Cristo Redentor	Brasilândia	1.092	693	309	40	50	Própria
Rodeio	Três Lagoas	8.305	5.209	1.294	1.118	683	Arrendamento
Granada	Três Lagoas	4.642	3.053	545	740	305	Arrendamento
Conquista II	Santa Rita do Rio Pardo	922	549	288	28	57	Arrendamento

Juallebru II	Brasilândia	436	298	98	13	28	Arrendamento
Buriti III	Três Lagoas	995	740	141	58	56	Arrendamento
Capela V	Brasilândia	696	353	216	71	56	Arrendamento
Nossa Senhora de Lourdes II	Três Lagoas	1.178	836	71	220	51	Arrendamento
São João Batista	Três Lagoas	550	415	69	50	16	Arrendamento
Santa Luzia IV	Brasilândia	1.368	1.018	266	38	47	Parceria
Santa Rosa II	Brasilândia	2.043	1.294	513	185	52	Parceria
Santa Rosa III	Brasilândia	2.732	1.865	406	293	168	Parceria
Barra do Cedro	Brasilândia	2.830	2.113	399	183	135	Parceria
Campo Limpo	Brasilândia	5.475	3.627	901	728	219	Parceria
Água Limpa III	Três Lagoas	4.338	2.689	1.140	366	142	Parceria
Nossa Senhora Aparecida V	Brasilândia	241	167	51	9	14	Arrendamento
Miracema	Brasilândia	1.674	1.602	16	7	48	Parceria
Alto Alegre	Três Lagoas	142	98	26	7	11	Arrendamento
Santa Maria VI	Três Lagoas	306	219	43	23	21	Arrendamento
Primavera III	Três Lagoas	305	132	72	27	75	Arrendamento
Bom Jardim	Brasilândia	296	219	39	22	16	Arrendamento
Bom Jardim II	Brasilândia	187	133	11	35	8	Arrendamento
Alvorada III	Brasilândia	805	591	115	58	42	Arrendamento
São José IV	Brasilândia	1.656	960	592	9	94	Arrendamento
São Luiz IV	Brasilândia	409	296	92	3	18	Arrendamento
Aroeira	Brasilândia	3.455	2.348	807	156	144	Arrendamento
Faveiro do Rio Verde I	Três Lagoas	653	468	61	67	56	Arrendamento
Faveiro do Rio Verde III	Brasilândia	221	168	5	38	10	Arrendamento
São Pedro	Brasilândia	428	296	85	9	37	Arrendamento
Pilares II	Três Lagoas	719	476	206	14	23	Arrendamento
Santa Luzia V	Três Lagoas	199	145	44	0	9	Arrendamento
Gaiotto	Três	616	416	142	9	49	Arrendamento

	Lagoas						
São Lucas	Brasilândia	1.407	1.142	151	17	97	Arrendamento
São Sebastião Gleba E	Três Lagoas	176	99	46	13	17	Arrendamento
São Sebastião Gleba F	Três Lagoas	117	63	13	31	10	Arrendamento
Joamar	Inocência	1.014	514	380	79	40	Arrendamento
Pilares III	Três Lagoas	728	498	164	40	26	Parceria
Arete	Três Lagoas	610	405	171	9	25	Arrendamento
TOTAL	—	312.232	203.453	76.314	16.691	15.773	—

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação;

** Áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas a conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

*** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

3. PROCESSO DE AUDITORIA

3.1. Auditores e qualificações

a) Análise de conformidade da documentação

Nome do auditor	Luiz Fernando de Moura	Atribuições do auditor	Auditor líder no processo de análise de conformidade da documentação.
Qualificações	Engenheiro florestal pela ESALQ-USP, MSc e PhD. em Usinagem da Madeira pela Université Laval (Quebec, Canadá). Realizou pós-doutoramento na ESALQ-USP, com projeto sobre tratamento térmico de madeiras e industrialização de madeiras tratadas termicamente. Atualmente, organiza e elabora projetos para inserção no Mercado de Carbono, tanto no mercado regulado (MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, Protocolo de Quioto) como voluntário (VCS – Verified Carbon Standard), além de realizar pesquisas de mercado e viabilidade para projetos florestais. Em oito anos de experiência no Mercado de Carbono, possui atuações em sete projetos de carbono. Participou do curso de formação de auditores pelo Imaflora em 2013 e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR.		

b) Auditoria de campo

Nome do auditor	Fábio Zanirato	Atribuições do auditor	Auditor
Qualificações	Engenheiro Florestal, especialista em Gerenciamento Ambiental pela ESALQ/USP. Possui experiências voltadas a elaboração e execução de projetos socioambientais, na implantação de técnicas de adequação ambiental de propriedades e territórios tradicionais, implantação e execução de atividades voltadas à recuperação dos recursos hídricos e também na elaboração de projetos e acompanhamento de processos de licenciamento ambiental. Consultor do Imaflora/Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação FSC, possui formação adicional em curso de ISO 14001:2004 (auditor líder).		

Nome do auditor	André de Castro e Silva	Atribuições do auditor	Auditor
Qualificações	Engenheiro agrônomo, pós-graduado em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais pela Universidade Federal de Lavras/MG. Atribuições desenvolvidas como Analista Ambiental e Coordenador regional de Pesquisa e Biodiversidade do estado de Minas Gerais, coordenador de campo no projeto Inventário Florestal/MG, e assessor técnico da Fundação Agência das Bacias PCJ. Experiência em projetos e ações voltados ao monitoramento da cobertura florestal, manejo ambiental e proteção florestal de bacias hidrográficas, licenciamento ambiental, e regularização rural. Possui formação adicional como Auditor Líder Ambiental ISO 14001:2015, participação em curso ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade, e Treinamento de atualização para auditores FSC e CERFLOR ministrado pelo Imaflora/ Rainforest Alliance.		
Nome do auditor	Clarissa Magalhães	Atribuições do auditor	Auditor Social
Qualificações	Doutora em Planejamento e Gestão do Território (UFABC/Dinâmicas Territoriais), Mestre em Energia (UFABC/Ambiente e Sociedade), Cientista Social (Unicamp). Consultora especialista em programas de capacitação e apoio à implantação de agendas socioambientais junto a organizações dos diversos setores, com ampla experiência em planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos. Auditora social desde 2011, participou de mais de 50 processos de certificação florestal. Formação adicional em cursos de atualização para auditores FSC e CERFLOR pelo Imaflora/ Rainforest Alliance e Lead Assessor ISO 9001: 2015.		

3.2. Cronograma de auditoria de campo

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
22/07/2018	Três Lagoas/MS	Traslado São Paulo/SP - Três Lagoas/MS
23/07/2018	Escritório na Fábrica (Três Lagoas/MS)	- Reunião de abertura; - Planejamento da semana de auditoria; - Solicitação de documentação.
23/07/2018	Assentamento Esperança (Brasilândia/MS)	- Entrevistas a partes interessadas: diálogo pré e pós-operações; impactos da rota de transporte e colheita; - Visitas a projetos sociais como medidas de mitigação de impactos.
23/07/2018	Fazenda Barra do Cedro (Brasilândia/MS)	- Avaliação geral de plantações, remanescentes nativos, estradas, infraestrutura, equipamentos etc. - Visita e entrevistas com frentes terceirizadas de plantio, irrigação (T36) e subsolagem (T17), incluindo a área de vivência. - Verificação e entrevista em caminhão-pipa. - Área de inclusão no escopo certificado.
23/07/2018	Fazenda Faveiro do Rio Verde III (Brasilândia/MS)	- Avaliação geral de plantações, remanescentes nativos, estradas etc. - Área de inclusão no escopo certificado.
23/07/2018	Fábrica de Mudanças Florestal – Almoxarifado (Três Lagoas/MS)	- Produção de mudas; - Jardim clonal; - Casa de bombas para fertirrigação; - Depósito de fertilizantes;

		<ul style="list-style-type: none"> - Depósito de químicos; - Depósito de resíduos sólidos; - Entrevista com trabalhadores.
23/07/2018	Fazenda Estradão (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação mecanizada de herbicida (pré-emergente); - Entrevista com trabalhadores; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
23/07/2018	Fazenda São Sebastião / Gleba E (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade de replantio; - Avaliação geral dos serviços de abertura e conservação de estradas, aceiros e obras de arte (bueiros, saídas d'água, dentre outros); - Avaliação geral das áreas destinadas à conservação; - Estado geral dos plantios comerciais; - Entrevistas com trabalhadores; - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho; - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes; - Avaliação geral de equipamentos e ferramentas; - Avaliação geral do veículo de transporte dos trabalhadores florestais; - Área de inclusão no escopo.
23/07/2018	Fazenda São Sebastião / Gleba F (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação geral dos serviços de abertura e conservação de estradas, aceiros e obras de arte (bueiros, saídas d'água, dentre outros); - Avaliação geral das áreas destinadas à conservação; - Estado geral dos plantios comerciais; - Área de inclusão no escopo.
23/07/2018	Fazenda Granada (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade mecanizada de colheita florestal. - Avaliação geral do módulo de colheita florestal (módulo 21). - Avaliação geral dos serviços de abertura e conservação de estradas, aceiros e obras de arte (bueiros, saídas d'água, dentre outros). - Avaliação geral de veículo de comboio para abastecimento. - Avaliação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Avaliação geral de máquinas, equipamentos e ferramentas.
24/07/2018	Fazenda Formoso (Água Clara/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação geral de plantações, remanescentes nativos, estradas, infraestrutura, equipamentos etc. - Visita e entrevistas com frente terceirizada de capina química mecanizada (T13), incluindo a área de vivência. - Verificação e entrevista em caminhão-pipa.
24/07/2018	Fazenda Santa Clara (Água Clara/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação geral de plantações, remanescentes nativos, estradas, infraestrutura, equipamentos etc. - Visita e entrevistas com frente terceirizada de desbrota semi-mecanizada, incluindo área de vivência. - Avaliação e entrevista com frente terceirizada de transporte de trabalhadores. - Avaliação de caminhão de apoio.

24/07/2018	Aldeia Ofaié (Brasilândia/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas a partes interessadas: diálogo pré e pós-operações; impactos da rota de transporte e colheita; - Visitas a projetos sociais como medidas de mitigação de impactos.
24/07/2018	Assentamento São Joaquim (Selvíria/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas a partes interessadas: diálogo pré e pós-operações; impactos da rota de transporte e colheita; - Visitas a projetos sociais como medidas de mitigação de impactos.
24/07/2018	Fazenda Matão (Selvíria/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Colheita florestal mecanizada; - Manutenção de estradas; - Comboio de abastecimento de combustíveis; - Condições de máquinas e equipamentos; - Plantio Florestal; - Irrigação; - Área de Alto Valor para Conservação; - Áreas em processo de restauração florestal (plantio e regeneração natural); - Transporte de trabalhadores; - Entrevista com trabalhadores; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
24/07/2018	Fazenda Santa Mônica (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Baldeio carregamento e transporte de madeira; - Condições de máquinas e equipamentos; - Entrevista com trabalhadores; - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros.
24/07/2018	Fazenda Esmeralda (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de remanescentes naturais; - Conservação de estradas e aceiros; - Avaliação das plantações e recursos hídricos.
24/07/2018	Fazenda Aretê (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade de plantio; - Avaliação geral dos serviços de abertura e conservação de estradas, aceiros e obras de arte (bueiros, saídas d'água, dentre outros); - Avaliação geral das áreas destinadas à conservação; - Estado geral dos plantios comerciais; - Entrevistas com trabalhadores; - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho; - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes; - Avaliação geral de equipamentos e ferramentas; - Avaliação geral do veículo de transporte dos trabalhadores florestais; - Área de inclusão no escopo.
24/07/2018	Fazenda Rio Verde A (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade de preparo de solo; - Avaliação geral dos serviços de abertura e conservação de estradas, aceiros e obras de arte (bueiros, saídas d'água, dentre outros); - Avaliação geral das áreas destinadas à conservação; - Visita em ponto de captação d'água;

		<ul style="list-style-type: none"> - Estado geral dos plantios comerciais; - Entrevistas com gestores EPS; - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho; - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes; - Avaliação geral de máquinas, equipamentos e ferramentas.
24/07/2018	Fazenda Pílares III (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação geral dos serviços de abertura e conservação de estradas, aceiros e obras de arte (bueiros, saídas d'água, dentre outros); - Avaliação geral das áreas destinadas à conservação; - Estado geral dos plantios comerciais; - Área de inclusão no escopo.
24/07/2018	Fazenda Guara Suia (Brasilândia/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade mecanizada de colheita florestal; - Avaliação geral do módulo de colheita florestal (módulo 11); - Avaliação geral dos serviços de abertura e conservação de estradas, aceiros e obras de arte (bueiros, saídas d'água, dentre outros); - Avaliação geral das áreas destinadas à conservação; - Estado geral dos plantios comerciais; - Entrevistas com trabalhadores; - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes; - Avaliação geral de máquinas, equipamentos e ferramentas.
25/07/2018	Região da Ponte Velha (Três Lagoas/MS)	Visita a projetos sociais como medidas de mitigação de impactos.
25/07/2018	Escritório na Fábrica (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Análise documental; - Entrevista com equipes técnicas.
26/07/2018	Escritório na Fábrica (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Análise documental; - Entrevista com equipes técnicas.
27/07/2018	Escritório na Fábrica (Três Lagoas/MS)	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação dos resultados da auditoria; - Reunião de encerramento.
<p>Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 40 = número de auditores participando 04 multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas 10.</p>		

3.3. Descrição das etapas de auditoria

3.3.1. Análise de conformidade da documentação

Tem por objetivo realizar a análise da conformidade da documentação anteriormente enviada, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação.

3.3.2. Auditoria de campo

A auditoria de campo é realizada nas dependências do empreendimento para analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal do empreendimento de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação.

Durante a fase de avaliação de campo a equipe cumpriu as seguintes etapas:

- Análise de documentos do EMF – a documentação foi analisada para a obtenção de uma base de informações sobre o histórico recente, as atividades, o processo produtivo e detalhes sobre questões ambientais e sociais da operação florestal.

- Seleção de locais – juntamente com os responsáveis pelo manejo florestal a equipe revisou a documentação enviada pela empresa e, de posse dos mapas e das informações sobre as frentes de trabalho, selecionou os sítios a serem visitados. Priorizou-se a avaliação dos sítios com frentes de trabalho, buscando-se a amostragem de diferentes prestadores de serviços, situações topográficas e operações, amostrando-se adicionalmente outros aspectos como áreas de conservação e pesquisa, eventuais denúncias e documentação em escritório. A composição da amostragem e a decisão de visitas da equipe nas diferentes áreas considerou a distribuição regional das unidades de manejo.

- Consolidação parcial de equipe – no final de cada dia de trabalho foram efetuadas reuniões de equipe, presenciais ou por telefone, para análise dos dados observados, revisão de documentação (procedimentos de manejo florestal, políticas, plano de manejo etc.) e definição das atividades do dia seguinte.

- Discussão interna e apresentação preliminar dos resultados – após reunião da equipe para consolidação das principais constatações da avaliação, foi apresentado à direção da empresa um resumo dos pontos positivos e negativos observados, incluídos no relatório de avaliação.

3.3.3. Processo de consulta a partes interessadas

Durante a auditoria de monitoramento anual são conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais e outras partes interessadas objetivando:

- Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos;
- Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais; e
- Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

3.3.4. Tratamento de não conformidades anteriores e identificação de novas não conformidades

Durante a semana de auditoria foram levantadas evidências para verificar as ações corretivas e preventivas implementadas para o atendimento de não conformidades aplicadas durante processos anteriores.

Caso sejam identificadas novas não conformidades durante esta auditoria, o empreendimento deverá definir e implementar ações corretivas e preventivas para seu atendimento, dentro dos prazos especificados.

3.3.5. Comissão de certificação

Este relatório de auditoria de monitoramento anual passará pela avaliação da comissão de certificação para validação da decisão de manutenção ou não do certificado do empreendimento, tomada pela equipe do Imaflora.

4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

4.1. Análise de conformidade da documentação

Foram analisados os seguintes documentos disponibilizados pelo empreendimento certificado:

- Mapa de Localidades
- Matriz de Priorização das Localidades Unidade Três Lagoas
- PO.27.03.001 - Procedimento para Tratamento de Ocorrências Patrimoniais de Imóveis Rurais
- Documentos de trabalhadores próprios e terceiros: fichas de entrega de EPI, exames - periódicos, cartão de ponto e holerite, treinamentos
- Relatórios de Auditorias Internas
- Cronograma de Simulados Rev. 03
- Treinamentos de Brigada de Incêndio (Formação e Reciclagem)
- Plano de Treinamento Florestal 22/07/2018
- LT.20.01.003 – Impactos Sociais Adversos do Manejo Florestal – Unidade Três Lagoas – Rev. 01
- PO.12.13.007 – Planejamento Socioambiental (Rev. 00)
- Apresentação Campanhas de Saúde 2017
- Apresentação sobre Instituto – Mão Certa, Liberta e Disque 100
- Apresentação sobre programa Rondando o Aedes aegypti
- Certidões Negativas de Débitos
- Certidões de Regularidade
- Matrículas de amostra dos imóveis
- Amostra de contratos de arrendamento e parceria
- Monitoramentos de Cumprimento de Legislação Fundiária
- Monitoramentos de Processos Judiciais
- Procedimentos de Vigilância Patrimonial
- Monitoramentos de Fauna, Flora e Hídricos
- Documentos referentes à Gestão de Resíduos
- Registros de Inventários
- Orçamentos e controles financeiros
- Plano de Manejo e Resumo Público do Plano de Manejo 2018

Aspectos de disponibilidade, organização e recuperação dos documentos examinados foram considerados adequados pelo auditor.

Com fundamento no exame efetuado, concluiu-se pela conformidade da documentação examinada.

4.2. Tópicos sobre partes interessadas

Durante o processo de consulta às partes interessadas, a equipe de auditoria recebeu comentários de trabalhadores e partes interessadas externas. Foram resumidos a seguir os principais itens identificados pela equipe de avaliação, descrevendo-se os encaminhamentos e eventuais resultados definidos pela equipe de auditoria.

Alimentação nas frentes de trabalho

Comentário: Quando a frente de trabalho está na regional de Água Clara a comida é boa, mas na regional de Três Lagoas a comida às vezes é ruim. Teve caso de arroz cru e um dia veio um inseto na comida.

Resposta Imaflo: A Organização realiza o monitoramento da qualidade da comida, incluindo inspeções de campo nas cozinhas dos prestadores de serviço e entrevistas com trabalhadores sobre satisfação. Os resultados dos monitoramentos recentes demonstram que a condição das cozinhas atende às condicionantes de higiene e que a taxa de satisfação nas frentes de trabalho vem atingindo a casa dos 90%. Algumas reclamações sobre a qualidade da comida, bem como a temperatura da comida servida foram detectadas e estão sendo tratadas pela Organização, por meio de planos de ação já em andamento. Não foi verificada não conformidade relacionada ao tema neste padrão.

Projetos sociais

Comentários:

A instalação dos poços nos lotes do assentamento deu condições para o plantio de hortas SAF. Além da horta, que garante alimentação para a família e excedentes para comércio, também é plantado o urucum, para geração de renda. A Organização oferece assistência técnica e insumos. Hoje a vida das famílias está muito melhor.

O projeto do artesanato contribui para o resgate cultural, a organização cultural e também visa promover retorno financeiro e as mulheres estão engajadas. Há também o projeto de agricultura com plantio de urucum, já avançado. Todos os resultados esperados já estão em andamento e hoje o modelo implantado é bastante positivo para as aldeias. Os projetos são ponto de pauta de reuniões do Conselho de Caciques de Povos Indígenas do MS, sendo muito bem vistos.

O projeto da Associação dos produtores de leite existe desde outubro de 2017. Antes dele os produtores vizinhos não se conheciam, apenas davam “bom dia”, “boa tarde”, e agora há encontros e reuniões regulares da Associação e já foram realizadas duas festas de confraternização. Antes os produtores não sabiam o quanto produziam diária e mensalmente, hoje tudo é registrado e há o acompanhamento constante da produção. A Associação criou regras e existe o compromisso de não soltar animais nas áreas de plantio de eucalipto. O projeto de recuperação de pasto ainda precisa melhorar, pois foi iniciado no final do ano passado e a seca veio muito cedo nesse ano, alguns pastos ainda não conseguiram avançar. Mas há pastos recuperados e todos os produtores percebem a melhoria direta da alimentação do gado e a capacidade de aguentar a época seca. Vamos avançar este ano para garantir pasto recuperado para todos os produtores.

Canais de comunicação

Comentário: Foram feitas tentativas de telefonema para 0800 para comunicar foco de incêndio, a chamada tocou, tocou e ninguém atendeu o telefone.

Resposta Imaflo: A Organização possui um robusto sistema de comunicação com vizinhos e outras partes interessadas, incluindo várias ferramentas. Entretanto, foi evidenciado que o 0800,

importante ferramenta para comunicação rápida de focos de incêndio e outras ocorrências, não está funcionando totalmente, tendo sido emitida a **OBS #02/18**.

4.3. Cumprimento de relatórios de não conformidades anteriores (NCRs)

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicada durante auditorias anteriores. Para cada NCR solicitado são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. Falhas no cumprimento dos NCRs podem resultar na sua conversão para não conformidades maiores com prazo de cumprimento de três meses e risco de suspensão/cancelamento do certificado. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrado	A operação cumpriu satisfatoriamente o NCR.
Aberto	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> o NCR.

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos a serem revisadas).

NCR #	01/17
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador [4.3.d].
Seção do Relatório	Anexo III
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
4.3.d) <i>evidência de que os técnicos e os trabalhadores florestais que manuseiam ou aplicam produtos agrotóxicos são habilitados e fazem isso utilizando os equipamentos de proteção individual apropriados.</i>	
<u>Não-conformidade:</u> A organização não monitora o uso de EPIs de acordo com o estabelecido no PPRA.	
<u>Evidências:</u> Em frentes de aplicação manual de agroquímicos (formicida) verificou-se que os trabalhadores utilizavam equipamentos de proteção individual diferentes ao especificado no PPRA das prestadoras de serviços	
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	Apresentação dos Controles de Aplicação de Agrotóxicos no Processo de Silvicultura Visitas de campo às frentes de trabalho PPRA próprio e de EPS

	Fichas de EPI entregues
Avaliação da eficácia da NCR	A Organização detalhou, nos PPRAs, diferentes atividades realizadas por um trabalhador dentro de uma mesma função e os EPI que devem ser entregues para cada uma delas. Foram detalhadas atividades em: Capina Química Mecanizada Pré e Pós Emergente; Combate a Formiga Mecanizado; Combate a Formiga Manual; Combate a Formiga com Termonebulizador; Capina Química Manual; Imersão de Mudas com MAP e Evidence.
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

4.4. Seguintos de não conformidades anteriores

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertas a serem revisadas ou todos os NCRs foram encerrados durante este monitoramento anual).

Acrescentar as não conformidades verificadas durante esta auditoria que permaneceram abertas e foram convertidas a NCRs Maiores.

4.5. Descrição de novas não conformidades encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não conformidades menores em um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.

- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

Marcar caso não aplicável (não há novas NCRs abertas).

4.6. Observações

Observações podem ser aplicadas quando os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade atual, mas podem se tornar uma não conformidade futura se ações não forem tomadas pelo empreendimento.

OBS 01/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador [1.1.b.]
<p>Descrição das evidências encontradas: A outorga de uso da água está dispensada no MS para silvicultura, conforme Resolução 25 de 2015, por ser considerado uso insignificante de água. A Organização, conforme exigido pela Lei, apresenta anualmente os registros de captação da água para o IMASUL. O relatório referente ao ano de 2017 (Monitoramento Anual de Uso de Água, de 21 de março de 2018) foi apresentado à equipe auditora. Foram vistas fichas de captação nos caminhões-pipa. No entanto, um dos caminhões-pipa amostrados, de empresa prestadora de serviços, possuía ficha de captação preenchida de forma incompleta, faltando os dados do ponto de captação, o que pode representar um fator de risco de imprecisão no relato da captação de água ao órgão ambiental (IMASUL), conforme previsto em lei. Tendo em vista a ocorrência pontual, considerou-se a aplicação desta Observação, para acompanhamento do tema na próxima auditoria de monitoramento.</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

OBS 02/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador [5.2.b.]
<p>Descrição das evidências encontradas: A Organização possui um robusto sistema de consulta e diálogo com partes interessadas, envolvendo diversas ferramentas, tais como: diálogos operacionais pré e pós operações; visitas das equipes sociais e de projetos. Entretanto, o telefone 0800 divulgado junto às partes interessadas como meio de comunicação com a Organização vem apresentando falhas constantes no atendimento. Foi evidenciado, nas visitas de campo da auditoria de certificação e pelas equipes da área social, que está sendo recorrente a situação de pessoas que tentam entrar em contato com a Organização para a comunicação de focos de incêndio, mas as ligações telefônicas não são atendidas pela telefonista.</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

4.7. Conclusões de auditoria

Com fundamento na análise da conformidade do manejo do EMF com relação aos princípios, critérios e indicadores, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos <u>atendidos</u> , manutenção da certificação recomendada. Nenhum NCR aplicado.
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> . NCR(s) não atendido(s); suspensão requerida.
Comentários adicionais:	N/A.
Problemas identificados como controversos ou de	N/A.

difícil avaliação:

ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome Legal do EMF: FIBRIA CELULOSE S.A. - UNIDADE TRÊS LAGOAS

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: individual.

Certificado de grupo: Lista de Membros do grupo, se aplicável

UMF Nome/Descrição	Área	Tipo de Floresta	Localização Latitude/Longitude ¹
N/A.	[N/A.] ha	Plantação florestal.	N/A.

2. Informação do EMF

Zona Florestal	Tropical.
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	93.005 hectares
- Plantação	203.453 hectares
Margens de rios e corpos de água	1.426,53 quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	312.232 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	296.458 ha
a. Área de produção florestal	203.453 ha
b. Área florestal não produtiva	93.005 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	N/A. ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	N/A. ha
2. Área não florestal (<i>ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.</i>)	15.773 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Safra atual (2017)	Safra projetada para o próximo ano
<i>Eucalyptus</i> sp.	Eucalipto	5.805.215 m3	5.805.215 m3
Total		5.805.215 m3	5.805.215 m3
Total estimado de produção anual de toras			5.805.215 m3
Total estimado de produção anual certificada (produtos NTFP):			N/A. m3
Lista de produtos NTFPs certificados:			N/A. m3

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores (incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários):	
Número total de trabalhadores:	4.190 trabalhadores
Do total de trabalhadores acima:	3.982 homens 208 mulheres
Número de acidentes graves	01

¹ Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

Número de fatalidades	00
-----------------------	----

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas
Lista de funcionários do EMF

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal ABNT NBR 14789:2012:

P & C	Conformidade: Sim, Não, N/A. ou N/M.	Descrição do atendimento dos requisitos da norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados).	NCR/OBS (#)
Princípio 1 – Cumprimento da legislação.			
1.1			
a)	Sim	<p>A Organização apresentou seu sistema informatizado de Controle e Avaliação das Legislações (CAL), que permite realizar buscas por palavra-chave dos diversos temas de legislação de saúde e segurança e ambiental. O sistema informa sobre atualizações nas leis federais, estaduais, municipais e acordos e convenções internacionais. Foi evidenciado o acesso às Leis Orgânicas de diversos municípios da região.</p> <p>A Organização realiza reuniões mensais para avaliar as atualizações de legislação e se estas são aplicáveis às suas operações, com a participação de representantes do jurídico e do HSMT. Conforme são tomadas as decisões sobre aplicabilidade, são solicitados planos de ação para os facilitadores de cada área pertinente.</p> <p>Conforme descrito no Plano de Manejo 2018, item “11.5 Legislações Trabalhistas e Previdenciárias”, a legislação trabalhista e previdenciária é identificada e avaliada como parte da rotina do trabalho do DHO com base nas informações fornecidas pelo IOB, Consolidação das Leis do Trabalho e área Jurídica.</p>	N/A.
b)	Sim	<p>De maneira geral, a Organização demonstrou o cumprimento com as leis e regulamentos aplicáveis. Foi apresentado procedimento documentado específico para identificar, avaliar e verificar a conformidade em relação aos requisitos legais e demais normas aplicáveis (“PO12.13.028 Requisitos legais aplicáveis e outros”, de 29/05/2018), que apresenta o fluxograma de controle do atendimento da legislação ambiental.</p> <p>Para o contínuo atendimento à legislação tributária e fiscal, são estabelecidos controles e responsabilidades por meio dos sistemas informatizados (Plano de Manejo 2018,</p>	OBS #01/18

		<p>item “11.4 Legislações Tributárias e Fiscais”).</p> <p>Para a avaliação deste indicador, foram solicitadas certidões de diversos aspectos legais, licenciamentos, além de consultas a partes interessadas, incluindo trabalhadores próprios, tendo sido constatado que existe monitoramento e controle para assegurar o cumprimento das leis aplicáveis.</p> <p>Foram apresentadas: Certidões Negativas de Débitos do IBAMA (para os diferentes CNPJs das filiais do MS), Certificado de Regularidade do IBAMA, Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais, Certificado de Regularidade do FGTS e Trabalhista. (Pasta: Certidões Negativas; Certidão Negativa IBAMA; Certidões Fibria; Certidão FGTS - Próprio Fibria)</p> <p>O cumprimento de legislação de saúde e segurança é regido pelo “MA.01.08.001 Manual de Floresta Segura”, revisão 0, e pelo “MA.01.08.002 Manual Estrada Segura”, revisão 0, que são repassados para trabalhadores próprios e prestadores de serviços, como base para treinamentos. Os Manuais possuem a descrição das exigências mínimas para exames de PCMSO. Todo mês é monitorado o índice de desempenho do provedor. Foi demonstrado o checklist mensal, que abrange itens como taxa de acidentes, comportamento seguro, DDS, checklists de segurança, num total de 26 itens. Anualmente, realizam-se auditorias internas de “93 itens”, que inclui frentes operacionais próprias e prestadores de serviços. Foi apresentado o checklist destes 93 itens monitorados em campo, relacionados com a legislação de saúde e segurança.</p> <p>Foram apresentados os Informativos de Plantio de Reflorestamento, emitidos pelo IMASUL, para as áreas de inclusão no escopo certificado.</p> <p>Com relação ao cumprimento da legislação ambiental, as APPs e RLs estão evidenciadas com a devida demarcação em mapas. Foi constatada conformidade geral em relação ao respeito às APPs e RLs, sendo que a Organização reserva áreas de remanescentes nativos em proporção superior aos 20% exigidos pela legislação, tendo compensado em caso de necessidade.</p> <p>Foi apresentado o sistema informatizado SIGLA, que mantém o controle da validade das licenças ambientais, outorgas, acompanhamento de PRADAs etc. Para iniciar a prestação de contas dos PRADAs, o IMASUL deu prazo de três anos para apresentação do primeiro relatório (a</p>	
--	--	---	--

		<p>Organização está dentro do prazo). Foram apresentados exemplos de PRADAs, elaborados seguindo o padrão IMASUL, para fazendas amostradas, que indicam os passivos ambientais e as respectivas ações corretivas previstas. (CAR_Barra do Cedro; PRADA_BARRA_DO_CEDRO_15b14ad027f)</p> <p>Para licenciamento das cascalheiras, foram apresentadas Declarações Ambientais Eletrônicas (para diversos CNPJs), que isentam de licenças as movimentações de terras para uso próprio, sem fins comerciais, e fora de áreas de preservação.</p> <p>A outorga de uso da água está dispensada no MS para silvicultura, conforme Resolução 25 de 2015, por ser considerado uso insignificante de água. A Organização, conforme exigido pela Lei, apresenta anualmente os registros de captação da água para o IMASUL. O relatório referente ao ano de 2017 (Monitoramento Anual de Uso de Água, de 21 de março de 2018) foi apresentado à equipe auditora. Foram vistas fichas de captação nos caminhões-pipa. No entanto, um dos caminhões-pipa amostrados, de empresa prestadora de serviços, possuía ficha de captação preenchida de forma incompleta, faltando os dados do ponto de captação, o que pode representar um fator de risco de imprecisão no relato da captação de água ao órgão ambiental (IMASUL), conforme previsto em lei. Tendo em vista a ocorrência pontual, considerou-se a aplicação da OBS #01/18, para acompanhamento do tema na próxima auditoria de monitoramento.</p>	
1.2			
a)	Sim	<p>O Plano de Manejo, item “12.4 Gestão de Relacionamento com Partes Interessadas”, indica que a identificação de ocorrências sociais na Unidade de Manejo ou no seu entorno imediato é feita pelas áreas operacionais, a qualquer tempo, por observação direta ou por meio de outras fontes de informação. Com relação a usos costumários, foi realizado levantamento específico, que resultou na identificação de áreas e recursos fundamentais para atender necessidades básicas de comunidades locais, identificadas em cooperação com estas comunidades ou populações, além de áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa para a cultura tradicional de comunidades locais. Durante as entrevistas e consultas com comunidades, ficou evidenciado que a Organização mantém um diálogo com as partes interessadas, visando manter os atributos de interesse, bem como o uso adequado dos recursos</p>	N/A.

		identificados.	
b)	Sim	A Organização possui mapas das comunidades, incluindo a Aldeia Ofaié, única comunidade tradicional diretamente afetada pelas operações de manejo (Mapa de Localidades). As comunidades diretamente afetadas são caracterizadas por: malha viária; oferta de transporte público; acesso a água, energia, esgoto; coleta de lixo; acesso à escolas e postos de saúde; base fundiária; paisagem econômica de inserção; atividade econômica principal, secundária ou de referência (Matriz de Priorização das Localidades Unidade Três Lagoas).	N/A.
c)	Sim	Foi apresentada a base imobiliária da Organização, composta por áreas próprias, arrendadas e parcerias. (BASE IMOBILIÁRIA TLA) Como amostra para avaliação documental, foram apresentadas matrículas e contratos de arrendamento (quando aplicável), de áreas visitadas em campo e áreas propostas para inclusão no escopo. Dentre as áreas para inclusão, foram amostradas as Fazendas Faveiro I, Faveiro III, Barra do Cedro e Aretê, para as quais foram apresentados Contratos de Arrendamento e Parceria, com vigência de dois a três ciclos, bem como os respectivos documentos comprovando direitos de posse. (P2_Posse) A Organização possui procedimento documentado de compra e arrendamento de terras, que contempla diversas avaliações relativas a passivos ambientais, pendências fundiárias e documentação em geral. (PO.27.03.003 Aquisição por Compra ou Arrendamento de Terras, revisão 01)	N/A.
d)	Sim	A Organização apresentou o PO.27.03.001 - Procedimento para Tratamento de Ocorrências Patrimoniais de Imóveis Rurais, que orienta o recebimento de ocorrências sobre posse e uso da terra, o tratamento dialogal com possíveis reclamantes para encaminhamento amigável, o registro e a tratativa jurídica. Existe atualmente um caso de disputa de limite de área em andamento, não constituindo conflito de magnitude substancial e tendo sido evidenciado diálogo antes das alternativas judiciais.	N/A.
e)	Sim	Com relação a usos costumários, foi realizado levantamento específico, que resultou na identificação de áreas e recursos fundamentais para atender necessidades básicas de comunidades locais, identificadas em cooperação com estas comunidades ou populações, além de áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou	N/A.

		religiosa para a cultura tradicional de comunidades locais. Durante as entrevistas e consultas com comunidades, ficou evidenciado que a Organização mantém um diálogo com as partes interessadas, visando manter os atributos de interesse, bem como o uso adequado dos recursos identificados.	
1.3.			
a)	Sim	Conforme Certidões Negativas de Débitos Federais apresentadas, ficou evidenciado que as questões previdenciárias de todos os trabalhadores florestais estão em conformidade com a legislação vigente.	N/A.
b)	Sim	Conforme entrevistas e análise documental, ficou evidenciado que a Organização assegura o cumprimento da legislação aplicável a trabalhadores próprios e a empresas prestadoras de serviços que atuam na unidade de manejo florestal. Para atendimento da legislação de saúde e segurança por parte de prestadores de serviços, todo mês é monitorado o índice de desempenho do provedor. Foi demonstrado o checklist mensal, que abrange itens como taxa de acidentes, comportamento seguro, DDS, checklists de segurança, num total de 26 itens. Os prestadores de serviços abaixo de 85% de atendimento têm retenção de 10% no pagamento. Anualmente, realizam-se auditorias internas de “93 itens”, que inclui frentes operacionais próprias e prestadores de serviços. Foi apresentado o checklist destes 93 itens monitorados em campo, relacionados com a legislação de saúde e segurança. Novos fornecedores passam por um processo de homologação, com diversos itens que devem ser evidenciados como exigência. A efetividade destes controles foi evidenciada por meio de diversas certidões negativas das empresas prestadoras de serviços amostradas em campo (JFI, EMFLORA, PARCETEC, KTM), tendo sido apresentadas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certificado de Regularidade do FGTS e Trabalhistas. (Pasta: Certidões; Certidão Estadual Emflora MS; CND KTM) Durante as verificações documentais e entrevistas, ficou evidenciado que acordos coletivos, convenções coletivas e normas regulamentadoras do trabalho são atendidas.	N/A.
c)	Sim	A Organização, bem como as empresas prestadoras de serviços que atuam na UMF, comprovou estar em dia com pagamentos de impostos e demais débitos. Esta	N/A.

		constatação é evidenciada por meio das diversas Certidões Negativas de Débitos apresentadas à equipe de auditoria.	
d)	Sim	<p>A Organização realiza o monitoramento do cumprimento da legislação trabalhista de EPS, emitindo Não-Conformidades e gerando Planos de Ação Corretiva (documentos de trabalhadores próprios e terceiros; Relatórios de Auditorias Internas; entrevistas com trabalhadores e equipes técnicas).</p> <p>A Organização assegura o cumprimento da legislação aplicável aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços que atuam na unidade de manejo florestal. Para atendimento da legislação de saúde e segurança por parte de prestadores de serviços, todo mês é monitorado o índice de desempenho do provedor. Novos fornecedores passam por um processo de homologação, com diversos itens que devem ser evidenciados como exigência. A efetividade destes controles foi evidenciada por meio de diversas certidões negativas das empresas prestadoras de serviços amostradas em campo (JFI, EMFLORA, PARCETEC, KTM), tendo sido apresentadas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certificado de Regularidade do FGTS e Trabalhistas. (Pasta: Certidões; Certidão Estadual Emflora MS; CND KTM)</p>	N/A.
e)	Sim	<p>A Organização possui um programa de treinamento em saúde e segurança, que engloba um conjunto de cursos (temas como, por exemplo: NR 35 Trabalho Altura; NR 10 - Segurança em Instalações Elétricas; NR 12 Proteção de Máquinas e Equipamentos, Inspeção/Operação; NR 20 Inflamáveis e combustíveis; NR 23 Brigada Incêndio + Prontosocorrismo; NR 31 - Capacitação para aplicação de agrotóxicos; MOPP - Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) e simulados (temas como, por exemplo: Combate a Incêndios e Explosão de Produtos Inflamáveis; Acidentes no Transporte de Produtos Químicos; Acidente com vítimas; Treinamento e Reciclagem da Brigada de Incêndio). Evidências: Cronograma de Simulados Rev. 03; Treinamentos de Brigada de Incêndio (Formação e Reciclagem); Plano de Treinamento Florestal 22/07/2018.</p>	N/A.
Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade.			
2.1			

a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	Sim	Conforme observações em campo, foi evidenciado que a Organização minimiza a geração de resíduos das operações de colheita e processamento, adotando práticas para sua disposição de forma a evitar impactos ambientais. As operações envolvem o descascamento das toras e permanência da casca nos talhões, o que propicia a ciclagem de nutrientes e proteção física do solo. Os equipamentos utilizados pelo empreendimento para colheita de madeira com casca ou sem casca são adequados não gerando resíduos em quantidade excessiva, ficando dispostos adequadamente internamente nos talhões.	N/A
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	Sim	Os equipamentos utilizados na colheita são adequados e realizam um bom aproveitamento de toda a madeira derrubada, não gerando quantidade excessiva de resíduos. Durante entrevistas com gestores responsáveis, foi evidenciado que a Organização busca alternativas para o processamento de resíduos (madeira) em campo, como forma de reduzir a atividade de enleiramento e perda de área. ("Evidencia_Desenvolvimento_Operacional_Edimar")	N/A
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
2.2			
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
h)	Sim	A Organização possui uma base florestal de 459 mil hectares dos quais 128 mil hectares são de áreas destinadas à conservação, onde estão incluídas zonas úmidas, áreas florestais e cerrado. As áreas destinadas como zonas de conservação e preservação da biodiversidade correspondem a 28% desse total. Conforme apresentado no plano de monitoramento da biodiversidade (MG.12.13.002 – Plano de Monitoramento de Diversidade), a conexão com a paisagem é avaliada por meio da geração de dados quali-quantitativos, a composição, estrutura e funcionalidade (dinâmica) da fauna e da flora nas áreas de atuação da empresa, na	N/A.

		escala da comunidade e da paisagem regional. No nível da paisagem, o monitoramento da biodiversidade é feito utilizando os índices gerados pelo <i>software BioIndex</i> em todas as suas áreas de atuação, considerando o agrupamento das áreas em Unidades de Planejamento da Paisagem (UPP). Ou seja, para cada UPP serão gerados: índice de valor de áreas naturais, Índice de disponibilidade de água no solo, Índice de proximidade entre áreas naturais, Índice de proporção de áreas core, Índice de densidade de borda dos fragmentos, Índice de densidade de fragmentos, Índice de diversidade de áreas naturais, Índice de diversidade de idades, Índice de diversidade de clones. Os índices de paisagem são gerados e analisados a cada 6 anos (período de um ciclo de colheita) para toda a base da empresa. No nível da comunidade, o monitoramento é feito utilizando os seguintes grupos bioindicadores: aves (avifauna), mamíferos terrestres de médio e grande porte (mastofauna) e vegetação lenhosa (flora). Estes grupos serão monitorados nos fragmentos representativos das unidades ambientais, onde há operações da empresa, representado também os diferentes ecossistemas presentes nas áreas manejadas pela Organização.		
2.3				
	a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
2.4				
	a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica.				
3.1				
	a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
3.2				
	a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.

b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	Sim	<p>A Organização mantém mecanismos para identificar indícios da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e de seus habitats na UMF. O procedimento operacional (PO.12.13.029 – Monitoramentos Ambientais – rev. 3), estabelece as condições e metodologias para a realização dos monitoramentos do ponto de vista ambiental, saúde e segurança dos processos nas áreas da UMF. Entre os monitoramentos ambientais realizados estão os monitoramentos de fauna e flora, que auxiliam na identificação da presença das espécies presentes nas áreas da UMF. O monitoramento de fauna (avifauna e mastofauna) é realizado a cada 3 anos e seu plano de amostragem se baseia na observação direta, armadilhas fotográficas e redes, coleta de vestígios, como pegadas, fezes, vocalização, entre outros. O monitoramento de flora é realizado a cada 4 anos e a amostragem se baseia na implantação de parcelas ou pontos amostrais, expeditos e permanentes, alocadas nos diversos ambientes. Como resultados destes levantamentos, são apresentados relatórios técnicos realizados por empresas prestadoras de serviços. Entre estes estudos, foi apresentado o Relatório de Monitoramento de Fauna e Flora para a unidade de Três Lagoas/MS (Resultados Monitoramento Fauna e Flora_ResumoTLS.xlsx), que descreve a existência de 11 pontos de monitoramento fixos para a biodiversidade, além da presença de 4 áreas de relevante interesse ecológico, ou seja, áreas com fragmento de vegetação nativa e que abrigam um grande número de animais e espécies com grande grau de ameaça de extinção, raras ou próprias de um bioma ou ecossistema. Segundo a lista oficial do IBAMA, que caracteriza se a espécie possui algum risco de extinção, dentre as 473 espécies de plantas catalogadas, 5 encontram-se ameaçadas e dentre as 727 espécies de animais catalogadas, 25 encontram-se ameaçadas. A tabela (Resultados Monitoramento Fauna e Flora_TLS), descreve a lista completa de espécies levantadas e sua classificação se de ameaça seguindo diferentes fontes de informação (IBAMA, IUCN, Endêmicas do Cerrado e CITES I, II e III).</p>	N/A.
d)	Sim	A Organização conta com um Sistema Integrado de Proteção Florestal (SIPF), que é composto pelos departamentos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Vigilância Patrimonial e Monitoramento	N/A.

		<p>Florestal. O objetivo deste Sistema é estabelecer procedimentos técnicos e operacionais necessários para realização de rondas periódicas nas áreas de relevante interesse ecológico e sistematizar os registros das ocorrências socioambientais. O relatório também apresenta a análise da eficácia das 65 ocorrências registradas durante os monitoramentos realizados, onde 95% foram tratadas e concluídas.</p> <p>Foram também evidenciados, em campo, cercas e sinalizações para proibição de caça e pesca.</p>	
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	Sim	<p>O Plano de Manejo em seu item 9.3.4. Unidades de Conservação descreve: unidades de conservação são espaços territoriais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Na área de atuação da empresa há quatro UCs significativas, são elas: Reserva Biológica das Capivaras (LEI Nº 2410/2009); Área de Proteção Ambiental Jupuí (LEI Nº 2411/2009); Parque Natural do Pombo (DECRETO N.º 105/06) e Reserva Particular do Patrimônio Natural Cisalpina (RESOLUÇÃO 35/2016). A Figura 12, apresenta um mapa com a localização destas unidades de conservação.</p>	N/A.
g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
h)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
i)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
3.3			
a)	Sim	<p>A área de Proteção Florestal da Organização desenvolve suas atividades com base nos princípios do Manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIP ou MID). Este sistema utiliza, prioritariamente, estratégias de monitoramento, táticas de controle natural seguida do controle biológico aplicado, podendo ser usadas de forma isolada ou associadas harmoniosamente. Como última alternativa no manejo integrado considera-se o controle químico, sempre baseado em análises de custo/ benefício que levam em conta os impactos sobre a produção, sociedade e ambiente. Este modelo se aplica em todas as situações de viveiro ou de campo. O principal objetivo da área de proteção é evitar ou minimizar possíveis danos à floresta, através do conhecimento dos agentes causadores</p>	N/A.

		<p>de perdas, do monitoramento e do controle integrado, minimizando custos, impactos ambientais e auxiliando na sustentabilidade.</p> <p>As principais pragas e doenças na cultura do eucalipto sempre estiveram presentes no Estado de Mato Grosso do Sul, porém, devido à composição da vegetação local, com cerrado e pastagens, e a expansão das áreas de plantio de eucaliptos, a visibilidade das pragas já estabelecidas aumentou, bem como o surgimento de novas pragas e doenças ao longo dos anos, tanto em campo como viveiro, conforme vem ocorrendo também em outras regiões do país. As pragas de importância econômica presentes nos plantios comerciais da Unidade MS são: formigas cortadeiras, <i>Costalimaita ferruginea</i>, cupins de mudas, cupim do cerne, lagartas desfolhadoras, psilídeo de concha, percevejo bronzeado, trips e vespa da galha.</p> <p>O monitoramento intensivo de cada praga se baseia no histórico de sua ocorrência e nas informações de literatura. Os ataques de lagartas e de sugadores em geral predominam nos meses mais secos do ano, entre março e setembro, o <i>Costalimaita ferruginea</i> ocorre no início das chuvas e a formiga é um problema crônico durante o ano todo. Entre as doenças, as mais importantes são: cancos, <i>Ceratocystis fimbriata</i>, <i>Cylindrocladium</i> e ferrugem em campo, e <i>Cylindrocladium</i>, <i>Botrytis cinerea</i>, <i>Rhizoctonia solani</i> e manchas bacterianas no viveiro.</p>	
b)	Sim	<p>Foram apresentados os resultados relativos a proteção florestal contra incêndios na UMF. Estes resultados para o último período (2017/2018), mostram que o tempo médio de deslocamento dos carros para a realização do primeiro combate diminuíram, e atualmente, em média, o tempo de chegada ao local do incêndio é inferior a um minuto. Isso é possível através da otimização da estrutura já existente e ampliação da frota de primeiro combate, que contou com um aumento de 28% de suas viaturas, sendo formada atualmente por 9 equipes de 4x2. Com esse aumento da frota, diminuiu-se o raio médio de combate por equipe e o tempo de deslocamento até o foco de incêndio é minimizado. A estrutura principal se baseia no monitoramento das florestas através circuito fechado de TV - CFTV, que detecta o incêndio e notifica a equipe mais próxima. Esta equipe realiza o primeiro combate: caso necessário, são acionados os caminhões multifuncionais que ajudam no combate complementar e ficam responsáveis pelo rescaldo.</p>	N/A.
c)	Sim	A estrutura da empresa conta com área de pesquisa	N/A.

definida como Proteção Florestal Corporativa. O desenvolvimento tecnológico em proteção florestal tem como objetivo principal assegurar os ganhos de produtividade e de qualidade alcançados pelo melhoramento genético e pelas melhorias de práticas do manejo florestal. O manejo integrado de pragas e doenças, bem como o desenvolvimento de tecnologias para reduzir a competição com plantas daninhas e as perdas causadas pelos incêndios baseia-se em uma estratégia sustentada por ciclos sucessivos de prevenção, monitoramento e controle.

As pragas de importância econômica presentes nos plantios comerciais da Unidade MS são: formigas cortadeiras, *Costalimaita ferruginea*, cupins de mudas, cupim do cerne, lagartas desfolhadoras, psilídeo de concha, percevejo bronzeado, *trips* e vespa da galha. O monitoramento intensivo de cada praga se baseia no histórico de sua ocorrência e nas informações de literatura. Os ataques de lagartas e de sugadores em geral predominam nos meses mais secos do ano, entre março e setembro, o *Costalimaita ferruginea* ocorre no início das chuvas e a formiga é um problema crônico durante o ano todo. Entre as doenças, as mais importantes são: cancos, *Ceratocystis fimbriata*, *Cylindrocladium* e ferrugem em campo, e *Cylindrocladium*, *Botrytis cinerea*, *Rhizoctonia solani* e manchas bacterianas no viveiro.

Uma recente linha de pesquisa vem sendo desenvolvida pelo Centro Tecnológico da Organização. Essa linha de pesquisa, se baseia no cruzamento das informações geradas nos levantamentos meteorológicos, hidrológicos e da fisiologia vegetal das plantas. A meteorologia fornece dados de monitoramentos do clima, balanços hídricos climatológicos, mudanças climáticas, previsões de incêndio e risco de irrigação para o plantio. A hidrologia, garante informações de manejo da paisagem, projetos realizados nas microbacias, umidades de solo, lençol freático e da fisiologia vegetal são analisados os dados referentes a transpiração da floresta, índice de área foliar, trocas gasosas, sistema radicular e sensoriamento remoto. As medições são coletadas através de uma base experimental, que conta com 19 estações meteorológicas e 4 torres de fluxo, que formam um grande banco de dados com informações da série histórica de dados meteorológicos e balanços de CO₂ e H₂O. Esses dados são analisados através de parcerias com universidades e centros de pesquisas, na qual geram teses e artigos

		<p>científicos. O principal destaque deste processo são as torres de fluxo, estruturas com sensores e coletores de informações, implantadas em três tipos distintos de uso dos solos (plantações, cerrado e pastagem), que monitoram o clima e o crescimento do plantio, segundo a segundo, e apresentam resultados de balanços de carbono, água e energia e a eficiência no uso desses recursos, gerando dados de modelagem dos processos que controlam o crescimento da floresta. Esse método cria uma relação que pode ser comparada ao longo do tempo entre a planta e suas interações climáticas.</p> <p>Outro monitoramento realizado para a escala da paisagem é definido como Monitoramento de Bacia Hidrográfica, que é dividido em dois níveis distintos de escala: o experimental – Projeto Microbacia e o operacional – Planejamento da Paisagem. O Projeto Microbacias, monitora os principais componentes dos ciclos da água, carbono e nutrientes e busca o entendimento das relações entre a floresta e a água. O Projeto Planejamento da Paisagem, realiza o monitoramento de bacias hidrográficas em maiores redes de drenagem (4ª ordem) para ampliar a gestão hídrica nas áreas. Esta escala se mostra mais adequada para implementar o manejo da paisagem de acordo com a operação da empresa, estimar <i>input</i> das metas de longo prazo de água e uso de modelos hidrológicos e sensores para a coleta das informações.</p> <p>O monitoramento do clima, busca analisar e simular o efeito do clima sobre a produtividade das florestas, onde de forma simplificada, se calcula o volume de madeira a partir de dados e informações de clima, solo e fisiologia. Em parceria com o IPCC, foram realizadas avaliações de diversos cenários de mudanças climáticas e foram gerados modelos de padrões climáticos para os cenários atuais e futuros. O objetivo destes estudos é buscar e entender o conceito de florestas resilientes, ou seja, florestas que possam aumentar a profundidade do sistema radicular, através da melhorias na qualidade de mudas; preparo de solo e localização do adubo, aplicação de gesso, etc., ações que reduzam o estresse em condições de déficit hídrico: ajustes de espaçamento conforme capacidade de suporte do site, seleção de clones que mais facilmente recuperam o crescimento após o estresse: através da avaliação da plasticidade dos clones (Auditoria_JUL2018).</p>	
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.

3.4			
	a) Sim	<p>A Organização realiza levantamentos fitossociológicos e estudos da estrutura dos vegetais nativos remanescentes. A lista de espécies de flora é apresentada no documento (Resultados Monitoramento Fauna e Flora_TLS). O plano de manejo descreve o meio biótico da região onde a UMF está inserida. A caracterização da cobertura vegetal na área de abrangência da UMF é definida pelo IBGE, é de Cerrado, Mata Atlântica e transição entre os dois biomas. O cerrado, vegetação predominante na região, possui tipologias que variam desde o Campo Cerrado ao Cerradão ou cerrado florestado, em que é possível encontrar formações florestais, com árvores de 10 a 15 m de altura (Plano de Manejo_MA.12.13.003_47_11).</p> <p>Entre os monitoramentos ambientais realizados está o monitoramento de flora, que auxilia na identificação da presença das espécies nas áreas da UMF. O monitoramento de flora é atualizado a cada 4 anos e a amostragem se baseia na implantação de parcelas ou pontos amostrais, expeditos e permanentes, alocadas nos diversos ambientes. Como resultados destes levantamentos, são apresentados relatórios técnicos realizados por empresas prestadoras de serviços (Resultados Monitoramento Fauna e Flora_ResumoTLS.xlsx).</p>	N/A.
	b) N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	c) N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	d) Sim	<p>Entre estes estudos realizados pela Organização, foi apresentado o Relatório de Monitoramento de Fauna e Flora para a unidade de Três Lagoas/MS (Resultados Monitoramento Fauna e Flora_ResumoTLS.xlsx), que descreve a existência de 11 pontos de monitoramento fixos para a biodiversidade, além da presença de 4 áreas de importância ecológica, ou seja, áreas com fragmentos de vegetação nativa e que abrigam um grande número de animais e espécies com grande grau de ameaça de extinção, raras ou próprias de um bioma ou ecossistema. Segundo a lista oficial do IBAMA, que caracteriza se a espécie possui algum risco de extinção, dentre as 473 espécies de plantas catalogadas, 5 encontram-se ameaçadas e dentre as 727 espécies de animais catalogadas, 25 encontram-se ameaçadas. A tabela (Resultados Monitoramento Fauna e Flora_TLS), descreve a lista completa de espécies levantadas e sua classificação se de ameaça seguindo diferentes fontes de</p>	N/A.

		informação (IBAMA, IUCN, Endêmicas do Cerrado e CITES I, II e III).		
3.5				
	a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
3.6				
	a)	Sim	A Organização conta com um Sistema Integrado de Proteção Florestal (SIPF), que é composto pelos departamentos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Vigilância Patrimonial e Monitoramento Florestal. O objetivo deste Sistema é estabelecer procedimentos técnicos e operacionais necessários para realização de rondas periódicas nas áreas de relevante interesse ecológico e sistematizar os registros das ocorrências socioambientais, incluindo ações de combate à caça e à pesca.	N/A.
	b)	Sim	Em campo, foram vistas sinalizações para proibição de caça e pesca.	N/A.
	c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
	d)	Sim	Nas entrevistas com amostra de trabalhadores em campo, ficou constatado que estes são instruídos a respeito da proibição de caça e pesca.	N/A.
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar.				
4.1				
	a)	Sim	A Organização concentra esforços através de sua área de pesquisa para a melhoria de seu manejo e diminuição dos impactos ambientais gerados pela atividade. As principais linhas de pesquisas e atividades de apoio ao manejo florestal são relacionadas aos levantamentos de solo, fertilização (monitoramento e recomendação), preparo de solo, espaçamento e arranjo de plantio e manejo da rebrota. Os objetivos destas pesquisas são aumentar a produtividade da base florestal, otimizar o uso de recursos, reduzir custos dos processos produtivos e viabilizar novas oportunidades para uso da biomassa florestal, sempre prezando pela sustentabilidade do negócio. A Organização conta com um detalhado mapeamento de solos desde 1988, disponibilizado no sistema eletrônico de gestão SGF. A Organização conta com 198.442,20 ha de solos mapeados, dos quais 20.846,52 ha foram levantados no período de 2017/2018, dessa forma, totaliza-se 96,8% das informações dos solos das fazendas disponibilizadas na base cadastral da empresa (Auditoria_TLS - SOLOS E	N/A.

		MANEJO_2018).	
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	Sim	A Organização disponibilizou mapas onde estão identificados os recursos hídricos; áreas de conservação e preservação; áreas com alto valor de conservação. Ficou evidenciado em campo que o empreendimento protege os recursos hídricos da UMF. Não foram vistos cursos d'água com terra carregada das estradas; os remanescentes florestais sem árvores quebradas pela colheita; solos preparados para plantio sem indícios de ocorrência de erosão; remanescentes florestais sem vestígios de invasão de pessoas ou gado; áreas visitadas protegidas e sem indícios de danos causados por gado ou roubo de madeira; reserva legal e áreas de preservação permanente protegidas.	N/A.
4.2			
a)	Sim	A Organização adota técnicas adequadas à região que visam a conservação dos solos. Há estruturas de conservação de estradas suficientes para prevenir e controlar o acúmulo de água e processos erosivos durante todo o ciclo da floresta, conforme evidenciado durante as auditorias de campo e, posteriormente, durante análises de documentos, como o microplanejamento operacional. A Organização conta com um mapeamento de solos detalhado de suas fazendas, onde além do tipo de solo de cada área, apresentam estudos relativos a declividade de fazendas, que em média em 23,6% dos casos encontram-se em terrenos suave ondulado (4-8%) e 76,2% em terrenos planos o que facilita o planejamento e prevenção de acúmulo de água e processos erosivos. Os corpos hídricos visitados em campo encontram-se preservados e isolados das áreas de manejo, através de suas APPs. Em campo não foram observados processos erosivos significativos.	N/A.
b)	Sim	A Organização conta com <i>software</i> específico que orienta as recomendações de adubação realizadas em suas áreas florestais, chamado SIRA – Sistema Integrado de Recomendação de Adubação. A estratégia deste sistema é a implementação de um controle único de recomendação de adubação na empresa, integrando conhecimentos e fazendo gestão do processo de recomendação de adubação dos plantios. Este sistema faz as recomendações de adubação para toda a estratégia de	N/A.

		adubação, que se baseia na adubação de plantio, manutenção e complementar (Auditoria_TLS - SOLOS E MANEJO_2018).	
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	Sim	Nas visitas às propriedades, ficou evidenciado que as estradas florestais se encontram com suas manutenções realizadas, livres de vegetação e funcionam como aceiros nas propriedades. A malha viária da área florestal é constituída por estradas municipais, estaduais, principais, secundárias, aceiros, cuja construção e manutenção obedecem a critérios definidos internamente pela empresa. Dentro dos inúmeros objetivos das estradas florestais, é considerado como principal a divisão de talhões e proteção (aceiros e acesso às equipes de combate a incêndio).	N/A.
4.3			
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
h)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
i)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
j)	Sim	Em visita ao depósito de armazenamento de fertilizantes, foi apresentada e analisada a planilha de entrada e saída de produtos. O material é solicitado pela equipe de silvicultura com base nas informações geradas pelo SIRA. Uma guia de remessa é emitida e o material é encaminhado diretamente ao talhão, conforme a estratégia de adubação. No viveiro florestal foi visitada a casa de bombas para a fertirrigação das mudas, que possui um controle próprio de monitoramento dos fertilizantes utilizados.	N/A.
4.4			
a)	Sim	A Organização realiza coleta seletiva, prática que visa à manutenção sanitária de todas as fazendas e promoção de um ambiente saudável, de acordo com as prerrogativas da Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais legislações específicas. Através do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) são estabelecidos os procedimentos para classificar, segregar, coletar, armazenar e transportar os resíduos gerados nas atividades e operações florestais, bem como a sua correta	N/A.

		destinação, disposição e tratamento final conforme legislação ambiental vigente, visando: minimizar os respectivos impactos adversos e potencializar os benéficos; atendimento legal e a requisitos de certificações; reduzir, reutilizar e reciclar a geração de resíduos; assegurar uma correta destinação e disposição final; tratar os resíduos adequadamente; evitar acidentes; evitar a proliferação de vetores e minimização dos impactos visual e olfativo. Os resíduos são destinados conforme sua classificação (classe I ou II, conforme ABNT NBR 10.004) para receptores de resíduos qualificados. A disposição dos resíduos é realizada conforme legislação ambiental vigente, sendo preferencialmente destinados à reciclagem. As embalagens de defensivos utilizados nas atividades são destinadas para associações vinculadas ao INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias).	
b)	Sim	A Organização e suas EPS apresentaram documentos do envio das embalagens vazias, óleos lubrificantes utilizados, resíduos como estopa e filtros de óleos, para organização de manuseio destes produtos (Classe 1_Certificado de Destinação_Ecoblend, Oleo Usado_Certificado de destinação final_Lwart e Residuo_Prestador Serviço). Em auditoria de campo e nas análises documentais foi verificado que os resíduos perigosos (classe I) são armazenados e destinados de acordo com procedimentos e exigências legais necessárias. (PO.12.13.001_rev.06 – Manual de Gestão de Resíduos). Foram apresentadas as licenças de operação e funcionamento das empresas responsáveis pela coleta desse material a destinação de óleo lubrificante usado (Lwart), válida até 26/12/2019; resíduos de borracha e pneus (Reboal), válida até 20/12/2020; recicláveis (Prefeitura de Brasilândia: Associação Brasilandense de Agentes Ambientais), válida até 31/05/2019. (Gestão de Resíduos).	N/A.
c)	Sim	A Organização e suas EPS apresentaram documentos do envio das embalagens vazias, óleos lubrificantes utilizados, resíduos como estopa e filtros de óleos, para organização de manuseio destes produtos (Classe 1_Certificado de Destinação_Ecoblend, Oleo Usado_Certificado de destinação final_Lwart e Residuo_Prestador Serviço). Foi verificado que a Organização realiza o armazenamento e descarte final dos produtos químicos e suas respectivas embalagens de forma correta em atendimento aos procedimentos e	N/A.

		legislação aplicáveis de forma a evitar impactos ambientais. Possui um sistema de gestão de resíduos, procedimentos e infraestrutura para o manuseio, tratamento, destinação e disposição final de produtos químicos e resíduos (PO.12.13.001_rev.06 – Manual de Gestão de Resíduos. Foram apresentadas as licenças de operação e funcionamento das empresas responsáveis pela coleta desse material as licenças das empresas que gerenciam os resíduos: embalagens vazias de agrotóxico (Associação Treslagoense de Revendas Agrícolas), válida até 29/11/2019 (Gestão de Resíduos).	
d)	Sim	A Organização apresentou procedimentos para controle e monitoramento de derrames e vazamentos de produtos químicos (defensivos agrícolas, diesel, óleo hidráulico, lubrificante, graxa, GLP e AVGAS) nas áreas de colheita, silvicultura, estradas e segurança do trabalho, que orientam como proceder em casos de acidentes com produtos químicos (15_Seg).	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.			
5.1			
a)	Sim	A Organização realiza avaliação de impactos diretos das operações florestais por meio de visitas e reuniões pré operações nas casas de moradores e também na forma de reuniões coletivas em comunidades vizinhas e nas rotas de transporte. Os impactos avaliados compõem uma lista, que indica também as medidas de controle. São apontados impactos tais como: Comprometimento da qualidade da malha viária; Poeira; Ruído; Aumento do risco de acidentes (LT.20.01.003 – Impactos Sociais Adversos do Manejo Florestal – Unidade Três Lagoas – Rev. 01; entrevistas de campo com moradores de rota de transporte e vizinhos diretamente afetados; entrevistas com equipes técnicas).	N/A.
b)	Sim	A Organização define medidas de mitigação para cada impacto avaliado, indicando Procedimentos, Diretrizes e Projetos sociais. O documento PO.12.13.007 – Planejamento Socioambiental (Rev. 00) indica a necessidade de “recomendações socioambientais” que indica ações para itens observados pelas equipes e levantados por moradores como, por exemplo: Restrições de transporte no horário de entrada e saída dos alunos e no período de festas religiosas ou culturais; Áreas em respeito a aldeamento ou caminhos de populações	N/A.

		tradicionais ou indígenas; Incômodo às comunidades - restrições às atividades noturnas. As ações de mitigação e compensação são consolidadas com moradores e há uma verificação de eficácia após o término das operações. As visitas de pós colheita permitem o monitoramento durante o período do transporte (visitas de campo; entrevistas com moradores vizinhos e de rotas de transporte; entrevistas com equipes técnicas; verificação de ocorrências recentes no Sispart).	
c)	Sim	A Organização implementa diversos programas relativos à segurança nos locais de trabalho e melhores práticas. São implantados projetos sociais de geração e melhoria de renda, que incluem oferta de assistência técnica, materiais e insumos, bem como apoio no monitoramento e gestão da produção (visitas de campo a programas com produtores rurais agropecuários e entrevista com públicos beneficiários; entrevistas com equipes técnicas).	N/A.
d)	Sim	Existe uma Reserva Indígena vizinha de área de manejo, junto à qual são implementados projetos de geração de renda, de artesanato e agricultura. O diálogo operacional é realizado na aldeia quando há operações próximas de colheita e transporte de madeira (visitas de campo e entrevista com Cacique). A comunidade está mapeada e caracterizada socioeconomicamente (Mapa de Localidades; Matriz de Priorização das Localidades Unidade Três Lagoas).	N/A.
e)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
h)	Sim	A Organização realiza programas e campanhas voltadas à saúde do trabalhador e sua família, em temas definidos anualmente pelo Ministério da Saúde e temas relevantes para a região das operações de manejo como, por exemplo: febre amarela, vacinação antigripe, aferição de pressão arterial, outubro rosa e novembro azul, infecções sexualmente transmissíveis e AIDS (apresentação Campanhas de Saúde 2017). A Organização apoia o programa "Rondando o <i>Aedes aegypti</i> " implementado pelo Estado, que instala armadilhas para o mosquito e atinge as comunidades da região das áreas de manejo. Uma EPS realiza campanhas sobre violência sexual contra crianças junto aos caminhoneiros (Instituto – Mão Certa, Liberta e Disque 100).	N/A.
i)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
j)	Sim	A Organização implementa programas de Educação	N/A.

		Ambiental para trabalhadores e comunidade. Podem ser citados as publicações “Ecociente”, que é distribuído bimestralmente aos funcionários, e “JornalEco”, distribuído semestralmente para as escolas nas cidades onde a Organização atua.	
5.2			
a)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.
b)	Sim	A Organização possui um robusto sistema de consulta e diálogo com partes interessadas, envolvendo diversas ferramentas, envolvendo os diálogos operacionais pré e pós operações, as visitas das equipes sociais e de projetos, a divulgação do 0800 para contato direto a qualquer momento. Entretanto, o telefone 0800 divulgado junto às partes interessadas como meio de comunicação com a Organização vem apresentado falhas constantes no atendimento. Foi evidenciado nas visitas de campo da auditoria de certificação e pelas equipes da área social que está sendo recorrente a situação de pessoas que tentam entrar em contato com a Organização para a comunicação de focos de incêndio, mas as ligações telefônicas não são atendidas pela telefonista, tendo sido emitida a OBS #02/18 .	OBS #02/18
c)	Sim	A Organização mantém registros de comentários de partes interessadas, ações tomadas e respostas fornecidas, em sistema de gestão de informações (Sispart) que permite a consulta e a emissão de relatórios caso a caso (análise de casos de ocorrências no Sispart; entrevistas de campo com moradores vizinhos e de rotas de transporte; entrevistas com equipes técnicas).	N/A.
d)	N/M.	Indicador não monitorado.	N/A.